

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva, Fernanda Araújo Tavares Sabino Alice Lima da Silva Thayná Souto Batista Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13	122
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva Samilly dos Santos Bernardo Luis Joel Nunes De Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz Nadjeana Ramalho da Silva Elaine Cristina Meireles Silva Elenith Jussiêr de Lima Silva Ivanildo Severino da Silva Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63719280513	
CAPÍTULO 14	134
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf José Guillermo Reyes Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.63719280514	
CAPÍTULO 15	142
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza Fernando Rodrigues Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280515	
CAPÍTULO 16	152
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280516	
CAPÍTULO 17	163
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda Eliza Ribas Gracino Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro Sani de Carvalho Rutz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63719280517	
CAPÍTULO 18	178
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida Daniel González González	
DOI 10.22533/at.ed.63719280518	

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE

Maria Auxileide da Silva Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Natal - Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo propôs analisar as concepções filosóficas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência na cidade de Rio Branco- Acre. A metodologia usada foi um estudo de caso de natureza qualitativa, desenvolvida na APAE de Rio Branco. Os sujeitos participantes da pesquisa foram em número de sete profissionais da instituição e membros da Gerência de Ensino Especial do Acre. Para o trabalho de coleta de dados foram realizadas análises de documentos oficiais, técnicos e pedagógicos; entrevistas semiestruturada; conversas informais com funcionários, além de observação direta sobre o dia-a-dia da instituição. A análise realizada evidenciou que as concepções filosóficas da APAE, estava relacionada à manifestação das mudanças que vinham ocorrendo na história da Educação Especial no Brasil e no mundo, direcionada pelas políticas educacionais e as concepções filosóficas que norteava o processo educativo como um todo. Dessa forma, compreende-se que as condições conjunturais

disponíveis daquele momento, não permitiam ir mais longe do que foi desenvolvido nas formas de organização e funcionamento do trabalho educacional da APAE.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Especial, Concepções Filosóficas, Implicações pedagógicas.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo faz referência aos resultados obtidos através do Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, intitulado: APAE: Vinte e cinco anos de contribuição para a educação de pessoas com deficiência mental em Rio Branco-Acre, apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre, obrigatório para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia. Para a apresentação em formato de artigo científico, o texto sofreu alterações e recortes, a fim de adequar às exigências das normas relativas ao gênero.

Realizar uma análise sobre a APAE está relacionada não só a sua natureza como instituição filantrópica mantenedora de uma escola especializada, como também, às mudanças que se processaram, no mundo, em todos os setores da sociedade, e em especial no campo educacional, implicando em um novo modelo de educação especial, a educação

inclusiva.

Em decorrência do modelo de Educação Inclusiva que foi adotado pelas Políticas Educacionais de vários países, inclusive no Brasil, desde a década de 1990, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1997), as escolas regulares vêm passando por um processo de reformas, bem como diz Mantoan (2003, p. 47), “a inclusão pegou as escolas de calças curtas”.

Havia em nós o pressuposto de que a educação das pessoas com deficiência, deveria ser mostrada de dentro de uma instituição especializada, a partir da qual, se pudesse visualizar sua prática pedagógica, considerando as concepções filosóficas adotada no decorrer de sua trajetória e o papel que ela pode exercer na formação desse aluno. Verificar se ela pode funcionar como instrumento de reprodução das expectativas sociais e históricas, ou ao contrário, pode instrumentalizar seus alunos para aprendizagens possíveis, diminuindo também a segregação, e a marginalização dessas crianças, contribuindo, assim, para sua emancipação e autonomia. Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar as concepções filosóficas da APAE e as implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência na cidade de Rio Branco, Acre.

2 | TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A referida investigação tem caráter qualitativo, pois “envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto com a situação estudada; enfatiza mais o processo que o produto se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes” (LUDKE, 1996, p.13). Trata-se também de um estudo de caso “pois busca evidenciar uma relação entre o particular e o geral, aprofundando a compreensão de processo e trajetórias, de pessoas ou instituições” (LIMA, 2006, p. 28). De acordo com o objetivo do estudo, ela pode ser classificada também, como exploratória e descritiva, “por ser uma pesquisa inicial, preliminar, cujo principal objetivo é aprimorar ideias, buscar informações sobre um determinado assunto ou descobrir um problema para estudo” (RODRIGUES, 2006, p. 18).

Para coleta de dados, adotamos como técnicas: análise de documentos oficiais, técnicos e pedagógicos fornecidos pela Instituição e pela Gerência do Ensino Especial da Secretaria de Estado da Educação do Acre; Investigação através de entrevistas semiestruturada com a Fundadora da Instituição e com a Secretária da Instituição; Conversas informais com funcionários de apoio a fim de saber sobre o funcionamento da Instituição em tempos anteriores e atuais; além de observação direta sobre o dia-a-dia da instituição.

Os sujeitos participantes da pesquisa são em número de sete profissionais, Secretária Geral, Secretária Administrativa, fundadora da Instituição, funcionárias de apoio administrativo, todos membros da APAE de Rio Branco, além de dois servidores

da Gerência de Ensino Especial do Acre. A escolha desses sujeitos deu-se por considerá-los como detentores de informações relevantes para o estudo em questão.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das análises dos dados coletados, apresentaremos os resultados das investigações acerca das concepções filosóficas da APAE e suas implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência na cidade de Rio Branco-Acre. Falar das concepções Filosóficas da APAE, é falar de sua missão. É impossível falar da missão da APAE sem discutir as implicações das concepções filosóficas sobre a visão que se tem da problemática da pessoa com deficiência, pois é por seu intermédio que vai se organizar toda gama de significados e, por sua vez, determinam e condicionam o funcionamento da unidade, as políticas de recursos humanos, o tipo de diagnósticos e tratamentos, o envolvimento da sociedade e da família com a causa do movimento (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 2004).

A título de informação, o Eixo Referencial de Atuação da Federação Nacional das Apaes, refere-se a um instrumento no qual encontra-se as sugestões para organização e funcionamento das Apaes em cada unidade geográfica do país. Ainda sobre a missão, Tavares (1997, p. 35) afirma “A definição da missão serve de critérios geral para orientar a tomada de decisões, expressar objetivos e ajudar nas escolhas das decisões estratégicas”.

Analisando o Eixo Referencial de Atuação da Federação Nacional das Apaes (2004) constata-se que a Missão da APAE se baseava em três vertentes: Luta em defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Apoio à família e Atendimento Especializado. Hoje a Missão da APAE fundamenta-se em promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários (FENAPES, 2003).

De acordo com as análises realizadas, a APAE de Rio Branco foi fundada em 30 de julho de 1981, momento de precário investimento público no Estado à Educação Especial, que favoreceu grandemente a criação dessa instituição no Acre. Nesse contexto sua concepção filosófica estava fundamentada no modelo segregacionista-assistencialista, que a partir da missão descrita anteriormente, implica apropriar-se de importante chave de leitura acerca do universo Apaeano, ou seja, compreender o modelo de educação especial vigente no momento de sua fundação.

Na concepção segregacionista – assistencialista a pessoa com deficiência é vista como uma pessoa comprometida nos diferentes núcleos de sua individualidade. O próprio processo de sua aceitação/rejeição, o estigma social decorrente de sua deficiência, a dificuldade de acesso precoce ao diagnóstico e tratamento é situação

agravadoras da sua problemática. A pessoa com deficiência, não tem controle sobre seus instintos e desejos, por isso, a responsabilidade sobre esse controle é da instituição APAE e da família, que devem protegê-lo de si mesmo.

Um outro aspecto relacionado a essa concepção é quanto à problemática da pessoa com deficiência, que é basicamente a problemática da família e daqueles que se dispõem, voluntariamente, a lidar com a questão, como é o caso da APAE. A sociedade como um todo, não tem a obrigação de sustentar o movimento Apaeano (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 2004).

É possível observar, que a criação da APAE em Rio Branco estava diretamente relacionada à manifestação de um fenômeno comum, na História do aparecimento da Educação Especial no Brasil e no mundo, no que diz respeito à clientela a ser atendida e na opção pelo seu atendimento em maior número no âmbito do setor privado, e na modalidade de atendimento, dentro do caráter segregacionista.

Nesse sentido, sobre o âmbito do setor privado, houve pela grande incidência das iniciativas particulares no atendimento educacional das pessoas com deficiência, uma certa confusão na distinção entre o público e o privado, como argumenta Jannuzzi (1996), a convivência ambígua dos setores públicos e privados em nosso país acaba por se caracterizar em uma “parcial simbiose”, permitindo que o setor privado exerça influência na determinação das políticas públicas, que ocorre através de influência das entidades privadas de educação especial.

Sobre o caráter segregacionista, houve no princípio da Educação Especial, uma tendência muito forte na classificação de crianças com baixo desempenho escolar como “retardadas mentais”. Segundo Bueno (2006), a Educação Especial, embora tenha nascido como *educação para todos* (grifo nosso) optou por atender esse público em separado dos demais, devido a especificidade do atendimento que necessitavam decorrentes das necessidades especiais que possuíam.

Por outro lado, esse atendimento não surgiu com o enfoque educacional, mas clínico, isto se deve ao seu aparecimento no campo da medicina, aonde vai se dá no século XVI e XVII, a busca pelos médicos das causas orgânicas para explicação das deficiências (KASSAR, 1999), nessa perspectiva, o sentido atribuído, a educação especial, era de assistência aos deficientes e não de educação aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (MAZZOTTA, 1996).

Ainda segundo o mesmo autor, sobre o título de educação dos deficientes, encontra-se registro de atendimento ou atenção com vários sentidos: abrigo, assistência, terapia, etc. “Mesmo quando entendida como modalidade de ensino, via de regra, alvo de abordagem tecnicista reducionista, a educação especial tem sido definida como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais” Mazzotta (1996, p. 37).

Os aspectos destacados acima, são de alguma forma, identificados na trajetória delineada pela APAE em Rio Branco. Inicialmente, encontramos o fato da Escola de

Educação especial Dom Bosco, da rede pública, atender crianças, classificadas na época, como crianças com *aprendizagem lenta*, (grifo nosso) o que já nos indica o equívoco do público-alvo da Educação Especial que também entre nós se revelou.

A escola comum, não sabendo como justificar o fracasso escolar de muitas crianças que nela ingressavam e não conseguiam aprender, classificavam-nas como deficientes e com esse rótulo eram encaminhadas para o atendimento especializado. Podemos inferir, a concepção de deficiência que naquele momento predominava na sociedade, a concepção de que a deficiência, qualquer que fosse ela, incapacitava o indivíduo para aprendizagens de cunho escolar, por lhes faltar o conhecimento, de que ser uma pessoa com deficiência é ser incapaz (BEZERRA, 2017, p.59).

Essa concepção de deficiência que estava enraizado no comportamento da sociedade mais ampla e também dos professores. Segundo Bezerra (2017, p. 53) expõe o seguinte pensamento:

[...] consequência das práticas comunicativas usadas pelos diferentes grupos sociais seus conteúdos acabam se popularizando, tendo como espinha dorsal, de forma consciente ou não, a ideia de *déficit* e do defeito. E isso graças ao modelo médico, ainda hegemônico, que tem grande parcela de responsabilidade nesses comportamentos que vem carregados de estereótipos e preconceitos, oriundos da patologização das deficiências em geral e das práticas narrativas que temos usado em relação a elas.

Essa concepção de deficiência que predominava no Acre, no período de criação da APAE, apesar dos avanços alcançados por esse campo do conhecimento, ainda hoje é possível observar, em determinadas circunstâncias, as pessoas com deficiências serem tratadas como doentes, mesmo entre os educadores.

Nesse contexto, em que as crianças repetentes eram cada vez mais diagnosticadas como deficientes, além daquelas que apresentavam essas características, o surgimento da APAE no Acre, veio para contribuir com o atendimento educacional de crianças que apresentavam algum tipo de deficiência, e que não tinham oportunidades de ter uma escolarização adequada em escolas públicas, dessa forma, a educação ocorria de forma segregacionista.

Entretanto, ainda nos primeiros anos de sua criação, na primeira Reunião de Assembleia Geral da APAE de Rio Branco, em uma das falas da Professora Maria, membro da Diretoria da APAE de Manaus, Estado do Amazonas, (o nome aqui apresentado é fictício para a preservação da identidade do sujeito envolvido na investigação) já destacou “a necessidade do ajustamento social do excepcional, necessitando, portanto, da união de todos para alcançar os fins desejados”.

A compreensão de sua fala, sobre a expressão, “ajustamento social do excepcional”, revelou os rumos que a APAE de Rio Branco teria na educação das crianças com deficiência, relacionada à abordagem da Integração. Segundo Machado (1994), a integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social, a que foram submetidos às pessoas com deficiência por vários séculos.

Dentro dessa concepção de integração explicitamente declarada na fala da professora citada acima, identifica-se que a instituição teria o papel de inserir na sociedade as pessoas com deficiências que alcançassem um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A outra interpretação retirada de sua fala, diz respeito à relevância da APAE para as pessoas com deficiências e seus aliados, isto é, a APAE iria se constituir em um instrumento de inserção social de pessoas até então excluídas.

Na concepção Integrativo-Adaptado da APAE, a pessoa com deficiência possui características diferenciadas do restante da população, portanto, sua configuração e sua psicologia devem merecer tratamento especializado. Nessa concepção observa-se que a pessoa com deficiência, ainda permanecem sobre a tutela de outros, não têm consciência sobre seus desejos e limites.

Sua manifestação por isso, deve ser regulada por tutela e /ou tratamento. Quanto à existência de uma pessoa com deficiência numa dada família, deve ser encarado como uma circunstância adversa como qualquer outra. A sociedade pode e deve ajudá-la, como ato de solidariedade e não como uma imposição do movimento, que ele, o sujeito com deficiência, possuem direitos assegurados, mas seu direito esbarra nas condições reais da sociedade e a realidade sobrepõe-se à lei (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE'S, 2004).

O trabalho pedagógico da APAE de Rio Branco, nesses primeiros anos, compôs-se de uma turma, com crianças com idade diferenciada, mesmo sendo um número pequeno de crianças, assim agrupadas por que não era oferecida na APAE, naquela época, a Estimulação Precoce, ou seja, atividades que proporcionasse experiências a criança, em várias situações, de modo a prevenir e/ou minorar seus déficits e auxiliá-la na aprendizagem dos primeiros anos de vida (FRANCO E ARDORE, 1996).

Nessa perspectiva, era um trabalho incipiente, com pouco recurso pedagógico, o funcionamento das atividades educativas tinha duração de quatro horas diárias, durante as quais realizavam aprendizagem em alfabetização, diferenciação de cores, atividades lúdicas, conceitos de maior, menor e igual, etc, e eram atendidos ao mesmo tempo pelas duas únicas professoras que tinha na instituição, considerando-se o grau de dificuldades individuais que apresentavam.

Vale dizer, que as dificuldades enfrentadas nesses primeiros anos foram muitas, pois não havia no Estado, e conseqüentemente na APAE, profissionais especializados, como Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais, Fonoaudiólogos, etc. Desta forma, o professor era a pessoa mais importante nesse processo, porque desenvolvia na base do ensaio e do erro todas as ações educativas com a clientela da escola.

A partir dessa nova concepção, a integrativo-adaptado, o aprendizado escolar passou a ser visto como direito de todos os cidadãos e dever do Estado, e as pessoas com deficiências detentoras de direitos e de potencialidades para uma aprendizagem bem-sucedida e, por decorrência, seu direito de receber uma educação escolarizada. Porém, o cenário nas escolas não propiciou isso. Bezerra (2017, p. 45) complementa

esse pensamento dizendo, “no entanto, a concretização dessa ação encontrou dificuldades, pois faltava para tal a técnica e os recursos didáticos que permitisse aflorar esse potencial”.

Mas, por qual motivo as pessoas com deficiência permaneciam em classes especiais, sendo que a educação especial estava sob a égide da integração? Parafraseando Bezerra (2017, p. 54), uma questão que é relevante, está relacionada ao preconceito e à discriminação que os alunos que estudavam na APAE sofreram (e ainda sofrem), pois eram rotulados como “doidos”, “retardados”, pois naquela época, e hoje, apesar dos avanços, ainda se observa, em determinadas ocasiões, as pessoas com deficiência serem tratadas como doentes, mesmo entre os educadores, e a deficiência ser considerada uma “incapacidade” para aprender.

Diante dessa compreensão que se tinha da pessoa com deficiência e a falta de preparo da escola regular para receber esse público, movido pela falta de comprometimento do Estado com a causa da pessoa com deficiência, visto que naquele momento, em que a educação era regida pelas Diretrizes e Bases fixadas na Lei nº 5.692/71, e com bases nessas diretrizes, esses estabelecimentos de ensino se organizavam para atender às características pessoais dos educandos com deficiência e, dessa forma, deviam seguir alguns critérios de organização quanto aos aspectos físicos e pedagógicos da escola ou instituição especializada, que na época os princípios básicos da educação especial: integração, normalização e individualização.

Houve na APAE no decorrer desses nove anos de existência, um crescimento significativo, haja vista, que ampliou o número de alunos, de turmas e turno de funcionamento, para aproximadamente, cinquenta alunos distribuídos em oito turmas, com atendimento de manhã e à tarde com duração de quatro horas diárias para cada turno. Com esse crescimento, foi necessária a ampliação do seu espaço físico, do número de funcionários de apoio e de professores, para atender essa demanda, sendo necessária uma nova estrutura e organização.

A década de 90 se constituiu em uma fase de avanços para a APAE, que continuou crescendo e ampliando suas ações e a demanda de sua clientela. Aqui já podemos vislumbrar o início de um trabalho educacional voltado para a concepção filosófica inclusiva-transformadora, pode-se perceber um avanço na visão sobre a pessoa com deficiência, pois nessa concepção ela passa a ser visto como um ser humano dotado de sentimentos, emoções e elaborações intelectual. A sua deficiência deve ser encarada como uma de suas múltiplas características e não como uma configuração possível de sua individualidade.

A pessoa com deficiência é um ser humano dotada de desejos e sua manifestação deve ser naturalmente recebida por todos. Não deixa de reconhecer que existem graus diferentes de possibilidades em cada indivíduo com deficiência, e por isso a cada uma delas deve ser dado o tratamento necessário. A problemática da deficiência passa a ser de responsabilidade de toda sociedade, não podendo atribuir apenas aos pais e órgãos públicos e filantrópicos a responsabilidade sobre a administração

desta questão. A pessoa com deficiência é um sujeito com direitos assegurados (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE'S, 2004).

Nessa perspectiva, no ano de 1993, a Instituição passou a funcionar na sua sede própria, estruturada com Laboratório de Informática, atendimentos de Fisioterapia, Psicólogo, Fonoaudióloga, Assistente Social, um Consultório Odontológico e oito Salas de Aula. Contava, ainda, com um Galpão, onde funcionava as Oficinas de Artesanatos e Pinturas. A Biblioteca foi transformada em uma sala de aula, onde passou a funcionar uma das turmas de educação de jovens e adultos (EJA). Uma observação que pode se depreender desse aspecto, é a visão, o olhar que dizem respeito às pessoas com deficiência, oferecendo oportunidades de adquirir conhecimentos necessários para sua inserção no mercado de trabalho e no meio social e/ou da sua sobrevivência.

A importância dessas oportunidades educacionais apropriadas, que são dadas para esses jovens e adultos pela APAE, proporcionam a eles a autoconfiança, segurança, senso de responsabilidade, e acima de tudo melhoria de sua autoestima, mostrando que são capazes de desenvolver suas habilidades e de que têm condições de realizar uma tarefa com competência, que lhes possibilita uma realização pessoal e profissional, adotando uma perspectiva de vida futura com mais qualidade, que certamente não teriam se não participassem dessa Modalidade de Educação.

Isso pode ser comprovado, no exemplo de uma aluna, que no período da pesquisa era funcionária da instituição, que ajudava na Secretaria da Escola, pelo senso de responsabilidade e valorização que ela dá para o trabalho que desenvolve. Sentimento que pode ser percebido no momento em que, por um motivo ou outro, precisava faltar ao trabalho. Quando isso ocorria, a preocupação em saber como os colegas se sentiram com sua ausência, e de justificar suas faltas junto aos seus responsáveis. Outro aspecto distintivo é a alegria que sentia ao participar das comemorações realizadas na instituição e demais eventos promovidos pela APAE, sentimento que é extensivo a todos os outros alunos quando participam ou exercem qualquer atividade que lhes seja atribuído.

O crescimento da APAE nessa década de 90 também está relacionado com a demanda da clientela que se expandiu na nova sede para 135 alunos, entre crianças e jovens, que foram agrupados em turmas de Educação Infantil, 1ª ano do Ensino Fundamental e turmas de EJA, de acordo com o grau de comprometimento de suas habilidades ou capacidades. Esses alunos recebem uma educação voltada para alfabetização, aritméticas, interpretação de textos simples, noções de higiene pessoal, noções básicas da vida diária, atividades lúdicas, artes, socialização, esporte e lazer. A limitação desses conhecimentos em noções elementares, se deve ao fato da maioria deles ser caracterizados como, “deficientes mentais treináveis”, herança das visões anteriores e da primeira clientela que foi atendida pela instituição no início de sua atuação.

Diante das transformações marcadas na década de 90 em todos os setores da sociedade, em decorrência do processo de globalização. Sendo a educação uma

prática social que é determinada e influenciada pelas ideologias, por questões sociais, culturais e econômicas, não poderia ficar imune a essas mudanças. Nesse sentido, o modelo educacional em geral, expressou nas últimas décadas do século XX, sinais de esgotamento, e nesse vazio que acompanhou a crise paradigmática, é que surgiu o momento oportuno para as transformações (MANTOAN, 2003).

A APAE nesse contexto de mudanças e transformações, também vai se modificando com bases nas influências do paradigma da inclusão. Abordam sobre esta temática autores como: Carvalho (2004); Mantoan (2003); Sasaki (2010); Machado (1994); Bueno (2006); entre outros. No âmbito da prática desenvolvida pela escola, a inclusão traz um novo ideário pedagógico, uma nova mentalidade, a partir da qual a APAE de Rio Branco, passou a trabalhar na perspectiva da evolução do aluno nos estudos e tendo uma visão da inclusão como importante para a socialização, o respeito, a convivência social e a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, a APAE de Rio Branco já incluiu na escola comum aproximadamente 39 alunos no período de 2004 a 2007 e no mercado de trabalho, 16 alunos, que atuam em diferentes profissões: Embalador de Supermercado, Garçom, Office Boys, entre outros. No entanto, observa-se que, mesmo a escola regular, após, decorridos anos da promulgação da política de inclusão, resiste na aceitação do aluno com deficiência, como podemos observar na fala de uma funcionária da Instituição:

Dirigentes de ensino relutam contra a entrada de alunos com deficiência nas escolas e insistem para que as escolas especiais declarem a deficiência para receber o aluno indesejado na escola comum. Alguns dizem que o aluno pode até ficar na escola de ensino regular, mas não se pode garantir que se vá fazer alguma coisa por ele.

Merece destaque nessa fala, a interpretação em duas direções: uma, que está relacionada ao trabalho da APAE na preparação dos alunos para inclusão na escola regular; e a outra, na rejeição da escola regular em aceitar esses alunos. Confirma essa última ideia, reclamações que vários pais têm feito constantemente a APAE quanto a rejeição dos seus filhos na escola regular, mostrando desejo que seus filhos retornem para a instituição. Esse tipo de inclusão é o que Carvalho (2004, p. 5) denomina de inclusão marginal:

Os sujeitos que estão na inclusão marginal não são, necessariamente, rejeitados fisicamente. Podem até, estar no mesmo espaço geográfico sem ser reconhecidos e valorizados. É neste terreno que se insere a inclusão marginal que também é instável e precário, pouco visível e, por isso perversa, porque se insere no universo simbólico.

Outra observação necessária para confirmar a rejeição do aluno com deficiência é o retorno de várias mães da escola regular, com o Relatório expedido pela equipe multidisciplinar da APAE, informando as habilidades que o aluno já desenvolveu, para poder ser incluído. O que as mães argumentam ao retornarem para a APAE com

seus filhos e os relatórios que os acompanhou, é que a escola lhes diz: - “não existe vaga, para seu filho”. Dessa forma, diante dessa realidade final de 2007, a APAE de Rio Branco, atendia 227 alunos com deficiência, assim distribuídos: 29 alunos com Síndrome de Down, 17 com deficiências múltiplas, 179 com distúrbios neurológicos e 2 com Síndrome de Rett.

Oferecendo-lhes os seguintes serviços: Diagnóstico e Encaminhamento, Educação Infantil, Ensino Fundamental (1ª ano), Educação de Jovens e Adultos, Preparação para o Trabalho, Colocação no Trabalho, Projetos Especiais: Educação Física, Artes, Informática, Esportes (capoeira), preparação dos alunos para participação nas olimpíadas e nos festivais como no caso do Festival “Nossa Arte”, realizado em nível nacional.

4 | CONCLUSÃO

Na análise aqui realizada, procuramos apresentar o delineamento educacional da APAE em Rio Branco – Acre, a partir de suas concepções filosóficas e as implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência, para que o leitor possa também, a partir da realidade detectada, fazer a sua crítica e a sua interpretação. Importante destacar, que o modelo educacional (segregacionista-assistencialista, Integrativo-adaptado e inclusiva-transformadora) adotado pela Instituição aqui analisada, não ocorreu de forma linear, houveram avanços e retrocessos, e em muitos momentos e circunstâncias todas as concepções filosóficas aqui mencionada caminharam juntas na ação pedagógica da instituição.

Nesse processo de reconstrução da prática educacional da APAE de Rio Branco, identificou-se que ela foi se configurando de acordo com os princípios que orientavam a educação no Brasil. Luckesi (1991, p. 21) “A prática pedagógica está articulada com uma pedagogia que nada mais é que uma concepção filosófica da educação. Tal concepção ordena os elementos que direcionam a prática educacional”.

Dessa forma, de acordo com as relações que se estabeleceram entre a prática social e a educação, viu-se essa prática sofrer influência dos movimentos segregacionista; depois a integração/segregação, organizadas em instituições especializadas, isso devido as respostas que o sistema educacional vinha dando ao fracasso escolar, do qual eram vítimas grande parcela de estudantes que frequentavam a escola pública brasileira. Diante disso, muitos alunos com deficiência retornavam à escola especial, por não se sentirem acolhidos, além do mais, a falta de equipamentos, recursos pedagógicos e professores preparados para trabalharem em uma sala de aula heterogênea, faziam com que a própria escola não demonstrasse interesse em recebe-los.

E hoje, no paradigma da inclusão, indagações de como se processa a educação inclusiva na atual conjuntura, nos faz refletir, o que mudou? Como tem sido a aceitação

da escola regular em relação a pessoa com deficiência? O trabalho pedagógico realizado tem contribuído para exclusão das diferenças? E o entendimento dos profissionais nas escolas, tem sido no sentido do acolhimento, da tolerância, do respeito ao outro? Acreditamos que se essas respostas fossem respondidas de forma positiva, as instituições especializadas, como a APAE, não teriam tantos alunos ainda segregados, muitos com idade acima do exigido para inserção na escola regular, que encontram na instituição especializada, apoio, sentido para vida, e aceitação, coisa que muitas vezes não acontece na escola regular.

Durante esse processo surgiram por parte dos que trabalham com essas crianças, algumas dúvidas, inquietações, contestações e até mudanças e reformulações de sua prática, entretanto, compreende-se que as condições conjunturais disponíveis daquele momento, não permitia, ir mais longe do que foi desenvolvido nas formas de organização e funcionamento do serviço educacional da APAE, mas, mesmo assim, se de um lado os profissionais que ali atuam não conseguiram manter o vínculo entre a crítica do momento histórico e sua ação efetiva sobre a realidade educacional, por estarem presos a uma teoria que não lhes facilitou isso, o que poderia ter agravado ou intensificado o que existia na sociedade.

Por outro lado, não podemos ficar insensíveis ao trabalho paciente, dedicado, eficiente e humano, que viabilizou diferentes aprendizagens aos alunos ali matriculados. É evidente que ele por si só, não poderá estabelecer um fim para uma história que tem continuidade e que, portanto, necessita de outros estudos que possam ampliar e aprofundar essas questões e descobrir outras.

REFERÊNCIAS

ACRE, *Projeto Político Pedagógico: educar para vida: um novo fazer pedagógico*. APAE- Rio Branco, março, 2004.

ALMEIDA, Maria Amélia. *Apresentação e Análise das Definições de Deficiência Mental* Propostas pela AAMR – Associação Americana de Retardo Mental, 1908 a 2002. Revista de Educação PUC Campinas, nº 16, 2004.

BRASÍLIA, *Eixo Referencial Teórico*. Federação Nacional das APAEs. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Conjunto de Materiais para Capacitação de Professores: necessidades na sala de aula*. Tradução, Ana Maria Isabel Lopes da Silva. Reimp. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

_____, *Constituição Federal*. 1988.

_____, *Lei 4.024*. 1961.

_____, MEC/SEESP. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília. 1994.

_____, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental, *Educação Especial*. Séries Atualidades Pedagógicas. Distribuição gratuita, 1998.

_____, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental. *Deficiência Mental*. Organizado por: Erenice Natalia Soares Carvalho. Brasília: SEESP, 1997.

BEZERRA, Maria de Lourdes Esteves. *Olhos de Minerva Caminhos da Inclusão*. 1ª ed. Appris, Curitiba, 2017.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação Especial Brasileira: Integração/ Segregação do Aluno Diferente*. 2ª ed. rev. EDUC. São Paulo, 2006.

FENAPAES. *Projeto Águia, Manual de Conceitos*. Federação Nacional das Apaes, 2003.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, Marcos Cêzar (Org.). *História social da infância no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

LIMA, Priscila Augusta. VIEIRA, Terezinha. *Educação Inclusiva e Igualdade Social*. São Paulo: Avercamp, 2006.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. Cortez, São Paulo, 1991.

LUDKE, Menga. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1996.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MENSAGEM DA APAE, Brasília. Ano XX- Nº 70, julho a setembro de 1993.

PEREIRA, Olívia. *Princípio de normalização e integração na educação de excepcionais*. In: Educação especial: atuais desafios. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metodologia científica*. São Paulo: Avercamp, 2006.

SILVA, Otto Marques da. *Aprendendo sobre a deficiência mental*. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

UNESCO, *Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: Espanha, 1997.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

